

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de **Equipamentos Médicos e Central de Monitorização para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã**, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Hospital Municipal Raul Sertã;

1.3. **Fundamentação Legal:** A presente aquisição se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 1024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que poderá ser dispensada a Licitação, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa.

1.4. **Tipo:** Menor preço global por lote, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

LOTE I			
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.

1	<p>MONITOR MULTIPARAMÉTRICO - Monitor para uso em Pacientes Adultos, Pediátricos e Neonatais; Monitor Pré -configurado, com os parâmetros de ECG, Respiração, Temperatura, PNI, SPO2, Pressão Invasiva, Débito Cardíaco e Capnografia; Tela de cristal líquido colorida (LCD), Mínimo 12"; Sensível ao toque com formato WideScreen que facilite visualização à distância, e que possuam Atalhos gestuais que facilite a configuração da tela e organização dos parâmetros pelo Profissional Clínico; resolução mínima da tela deverá ser de 1270 x 800 Pixels; Deverá exibir pelo menos 10 (dez) canais em forma de onda; Deve possuir memória de armazenamento de tendências gráficas e tabulares para pelo menos, 120 (cento e vinte) horas, além de possuir memória de eventos de alarmes; Deverá possuir pelo menos 03 softwares de fácil acesso na Tela do Monitor, que auxiliem o Profissional Clínico nas tomadas de decisões, sendo no mínimo 02 para análises do ECG, e um para análise de medições de PNI; Deve possuir Alarmes Audiovisuais ajustáveis pelo operador com 3 níveis de Prioridade de alarme (Alta, Média e Baixa); Alarmes visuais e sonoros para os Parâmetros medidos (Limites Máximos e Mínimos) programáveis pelo operador; Alarmes funcionais (sensor, bateria, falta de energia elétrica, entre outros); Deve possuir menus para configuração e ajuste de seus diversos parâmetros, com toques simples na tela; Deve permitir a conexão em rede através de protocolo TCP/IP com conector do tipo RJ 45. Funcionamento em rede elétrica 110/220V Bivolt Automático; A Bateria Interna (não modular), deverá ter autonomia de no mínimo de 260 minutos; Indicação visual no Display do equipamento que indique o estado da Bateria, bem como se o equipamento está funcionando pela rede elétrica ou bateria; Software de interface na Língua Portuguesa; Manual do Usuário em Língua Portuguesa; Proteção contra descarga e interferência de Desfibrilador e Bisturi Eletrônicos; Detecção Automática e rejeição de Marca-Passo; Deverá fazer conexão bidirecional com a Central de Monitoração e ter possibilidade de integração com o Sistema Gestor do Hospital pelo protocolo HL7, diretamente no monitor ou através da Central de Monitoração; A central deverá possuir registro próprio na ANVISA; O monitor deverá possuir índice de proteção IPX1 e IP22 ou superior; deve permitir comunicação entre monitores; ECG : Compatibilidade com cabos de 3 e 5 vias; Número de Derivações: Possibilidade de 3, 7 e 12 derivações (em Adultos); Faixa de frequência cardíaca: 30 a 300 bpm; Resolução da medida de FC: 1 bpm; Deve permitir a Detecção Automática de Pulsos de Marcapasso; Deve Monitorar no Mínimo 23 arritmias distintas; <u>Acessórios Mínimos</u>: 01 Cabo de ECG de 6 vias Ou mais(cabo tronco mais rabichos); 01 cabo de 3/5 vias Adulto/Pediátrico (cabo tronco mais rabichos); 01 cabo de ECG de 3 vias NeoNatal (cabo tronco mais Rabichos); Detecção automática de marca passo e a análise de arritmias em duas derivações simultâneas ; RESPIRAÇÃO : Método bioimpedância (ou Impedância) torácica; Faixa de frequência respiratória 0 a 200 rpm para Pacientes Adultos, Pediátricos e Neonatais; Com visualização da onda de Respiração , indicação da FR com detecção e alarme de apneia, em Pacientes Adultos/ Pediátricos /Neonatais; Alarmes visuais e sonoros para os parâmetros de FR (limites máximos e mínimos) programáveis pelo usuário;</p> <p>TEMPERATURA CUTÂNEA : Deve possuir 02 (dois) Canais de Temperatura; Com faixa de medida de 10º a 45ºC; Deve permitir a medida da temperatura por sensor aderido na pele do paciente, ou através de cavidades; <u>Acessórios Mínimos</u>: 1 unidade de Sensor Cutâneo; 01 unidade de sensor esofágico/Retal; Alarmes visuais e sonoros para os parâmetros programáveis pelo operador (limites máximos e mínimos); PRESSÃO NÃO INVASIVA: Deve apresentar os valores de Pressão Arterial Sistólica (PAS), Pressão Arterial Diastólica (PAD) e Pressão Arterial Média (PAM); Modos de medida: Manual, Automática e STAT; Faixa de Medida total: pelo menos 10 a 250 mmHg; Intervalo de medidas: pelo menos de 5 minutos a 2 horas; Deve possuir proteção contra pressão excessiva para tipo de paciente (adulto/ pediátrico e neonatal); <u>Acessórios Mínimos</u> : 01 unidade de</p>	Und.	30
---	--	------	----

	<p>Mangueira uso Adulto / Pediátrico, 01 unidade de Mangueira uso Neonatal, 01 braçadeira tamanho adulto, 01 braçadeira tamanho Pediátrico, 01 braçadeira tamanho Neonatal ; OXIMETRIA : Visualização da curva Plestimográfica; Indicação numérica dos valores de saturação e pulso; Indicação numérica e gráfica do índice de perfusão em tela dedicada a pacientes Neonatais; Alarmes visuais e sonoros para os parâmetros de SPO2 e FC (limites máximos e mínimos) programáveis pelo operador; <u>Acessórios Mínimos</u>: 01 Sensor Permanente tipo Clip uso Adulto, 1 Sensor Permanente tipo Clip uso Pediátrico, 01 Sensor Permanente tipo Y silicone Neonatal. Os sensores devem ser Originais do Fabricante de cada Tecnologia ofertada, ou seja , não serão aceitos sensores “similares” ou “compatíveis”.</p> <p>PRESSÃO INVASIVA: 02 (dois) canais de Pressão Invasiva; Faixa de Medida: 10 a 300 mmHg; Resolução: 1 mmHg; DÉBITO CARDÍACO : Tecnologia por Termodiluição, Invasivo; Capacidade de exibir 6 curvas para medidas.</p> <p>CAPNOGRAFIA (ET CO2) : Tecnologia: Sidestream (Fluxo Lateral) ou Mainstream (Fluxo Principal) ; Faixa de medida de CO2 expirado: 0 a 90mmHg ou 0 a 20%; Resolução de medida de CO2 expirado: 1 mmHg ou 0,1%; <u>Acessórios Mínimos</u>: 10 (dez) conjuntos, com copo, tubo T, Cânula Nasal e Linhas de Amostra (se Tecnologia Sidestream) ou 2 (dois) sensores (se Tecnologia Mainstream).</p> <p><u>DEVE ACOMPANHAR O EQUIPAMENTO</u>: É indispensável possuir todos os Acessórios já citados , que são necessários para o funcionamento em Pacientes Neonatais, Pediátricos e Adultos; Manual Operacional do Equipamento em Português; Garantia de no mínimo 1 (um) ano para o equipamento contra Defeitos de fabricação ; Garantia de no mínimo 1 (um) ano para os acessórios Eletrônicos contra defeitos de fabricação.</p> <p>EXIGÊNCIAS : O equipamento deve possuir Registro na ANVISA, e a documentação comprobatória deverá ser apresentada pela empresa vencedora. A Avaliação Técnica do equipamento será realizada com base no Manual Registrado na ANVISA. Deverá ainda ser fornecido sem ônus para a unidade : <u>Suporte e acessórios de fixação para todos os Monitores</u>, Treinamento a Equipe Operacional conforme a necessidade da Unidade de Saúde que receberá o Equipamento.</p>		
2	<p>CENTRAL DE MONITORIZAÇÃO - COMPATÍVEL COM OS MONITORES MULTIPARÂMETROS:</p> <p>Monitor Colorido de Alta Resolução em LCD ou LED com no Mínimo 19” (Dezenove) Polegadas; <u>Visualização Mínima de 06 (SEIS) Leitos Simultaneamente e que permita conectar no mínimo 20 (VINTE) Monitores</u> ; CPU, Teclado e Mouse. Permitir Futuras Inserções de Softwares para conectividades futuras ; permitir Registro das Informações por meio de Impressora; Registro de tendência e eventos de pelo menos 24 horas; Alarmes sonoros e visuais; Histórico de eventos de Arritmia; Visualização detalhada de cada paciente, com Nome do Paciente, Número do Leito, mensagem de arritmia, alarmes. Parâmetros gráficos: Frequência cardíaca, ECG, PNI, PI, SPO2, temperatura, marca-passo, segmento ST. Prioridade de alarme conforme definido pelo usuário por leito; Sistema Operacional Windows para uso em rede; Conexão entre os leitos através de rede.</p> <p>Deverá portar minimamente: Sistema de Auto Teste de todas as Funções; Gráficos de tendência para análise de dados pelo operador; ser Acomodável a Infraestrutura Física do setor para o Monitoramento de cada Monitor o Posto de Enfermagem; Alimentação Elétrica Bivolt Automática 110v / 220v (60 hz); Certificados de acordo com as Normas NBR IEC 60601-1, NBR IEC 62353 (segurança elétrica) e NBR IEC 60601-1-2 (compatibilidade eletromagnética) e as demais normas aplicáveis; Registro na ANVISA; Garantia de no mínimo de</p>	Und.	2

	12 (Doze) meses; Manual do Usuário em Português conforme o site da Anvisa.		
--	--	--	--

2.2 . O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com o espaço físico destinados aos 30 novos leitos criados após obra realizada no Hospital Municipal Raul Sertã, onde cada lado do anexo criado será atendido por 01 Central de Monitorização conectada a 15 monitores.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente aquisição de equipamentos médicos e Central de Monitorização para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã justifica-se pela essencialidade de tais itens para a continuidade dos atendimentos prestados pelo nosocômio.

3.3. A aquisição dos aparelhos aqui solicitados viabiliza o atendimento de forma mais eficaz aos quadros clínicos complexos e muitas vezes de alta gravidade, ampliando a capacidade de atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.

3.4. Com o remanejamento e criação de novos leitos de CTI e Coronária e com a implantação de nova estrutura física para controle de leitos, com criação de espaço físico para alocar a equipe médica e de enfermagem em posto central, torna-se necessário o acesso rápido dos profissionais por meio de equipamentos que possam contribuir e somar em respostas de diagnóstico aos atendimentos diversos que requerem os setores citados. Lembrando que esses equipamentos darão suporte nas decisões dos profissionais na melhoria de qualidade de vida do paciente.

3.5. O investimento em equipamentos remete a diagnósticos dos profissionais da saúde com maior rapidez, gerando ações imediatas, diminuindo o tempo de internação e consequentemente maior rotatividade na vaga de leitos para atendimento.

3.6. A presente aquisição ainda possibilitará o remanejamento dos equipamentos hoje existentes para outros setores internos secundários como a clínica cirúrgica, trauma, repousos, CTU, ortopedia e neurologia proporcionando a estes setores uma resposta rápida às necessidades.

4- DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

4.1. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 45 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.2. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Hospital Municipal Raul Sertã, na Rua General Osório, nº. 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, de segunda à sexta-feira, no horário de 09:00 às 17:00h.

4.3. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.4. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 03 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que por ventura venham a ocorrer.

4.5. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.6. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.7. Caso os equipamentos médicos-hospitalares cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.8. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.8.1. Manual de operação;

4.8.2. Manual de serviços;

4.8.3. Esquemas eletrônicos;

4.8.4. Procedimentos de calibração;

4.8.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.8.6. Certificado de garantia;

5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

5.2.1. Fornecer assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante durante o período de vigência da garantia.

5.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

5.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

5.2.4. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

5.2.5. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

5.2.6. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.7. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

5.2.8. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.8.1 a 4.8.6 deverão estar no idioma português(Br).

5.2.9. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

5.2.10. A Contratada deverá, sem custos à Contratante, oferecer treinamento da equipe designada pela contratante para a utilização dos equipamentos.

5.2.11. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva do equipamento que apresentar defeitos, durante a vigência da garantia.

5.2.12. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

5.2.13. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição no prazo máximo de 03 dias, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

5.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt (Automático).

5.5. A empresa vencedora deverá manter estoque de partes e peças de reposição, bem como assegurar seu fornecimento por um período igual ou superior a garantia, a contar da aceitação.

6 - DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens serão recebidos:

6.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.1.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação/montagem e comprovação de funcionamento do equipamento.

6.2. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pelos Fiscais.

6.3. Os Fiscais deverão, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

6.3.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

6.3.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

6.3.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

6.4. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 6.3.1 a 6.3.4, os fiscais emitirão o documento atestando o recebimento provisório.

6.5. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em funcionamento no Hospital Municipal Raul Sertã por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

6.6. Ao final deste período, os fiscais designados pela Contratante encaminhará relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

6.7. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado.

6.8. Aprovados os equipamentos, a Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

6.9. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 6.6.

6.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

6.11. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, os fiscais, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

6.12. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

7- DO TREINAMENTO

7.1. A Contratada oferecerá treinamento para os operadores dos equipamentos, conforme subitem 5.2.10, sem custo adicional para a Contratante.

7.2. Os custos de treinamento, tanto dos operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Contratante, a participação de especialistas, o transporte dos profissionais da Contratada, bem como o possível uso de material didático serão integralmente pagos pela Contratada.

7.3. A Contratada deverá oferecer treinamento para a utilização dos equipamentos, no momento da instalação dos mesmos ou com prazo não superior a 03 dias úteis.

8- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

8.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

8.2. Será ainda responsável, dentro do prazo de 12 meses no mínimo, por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

8.3. A empresa Contratada deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção.

8.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

8.5. A Contratada deverá disponibilizar assistência técnica, quando solicitada, em prazo não superior a 03 dias, contados a partir da data da notificação emitida pela Contratante.

9- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos:

9.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.02

9.1.2. Fonte de Recurso – 00

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200852.202

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

10 – DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

11 – DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

11.2. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

11.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

12.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega e instalação, dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica **COMPLETA** constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990)

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

14.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15-MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16 - DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17 - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18 - DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

18.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Leslie da Conceição Moura – Matrícula 207.520 – Fiscal Titular

Idenilson Moura Rodrigues – Matrícula 062091 – Fiscal Substituto

18.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

18.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

18.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

19 - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

19.1. O presente documento foi elaborado pela servidora abaixo mediante requisição enviada pelo Requisitante, cabendo tão somente a subscritora a elaboração do presente Termo uma vez

que não possuem conhecimento técnico sobre a especificidade dos itens a serem adquiridos nos autos sendo tal ônus da Unidade Requisitante.

20 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

20.1 – Comete infração administrativa a contratada que:

20.1.1 – Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2 – Apresentar documentação falsa;

20.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5 – Não manter a proposta;

20.1.6 – Cometer fraude fiscal;

20.1.7 – Comportar-se de modo inidôneo;

20.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3 – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

20.3.1 – Advertência;

20.3.2 - Multa:

20.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

20.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

20.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

20.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

i. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

ii. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

- a. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;
- b. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

21 - DA RESCISÃO

21.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Saúde o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

21.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Saúde;

21.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

21.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

22 - DO FORO

22.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2022

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Secretaria de Saúde
Mat. 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137